

Self e transgeneridade: contingências sociais e controle aversivo na identidade e vivências de transgêneros binários

Self and trans identities: social contingencies and aversive control in the identity and experiences of binary transgenders

Self y transgeneridad: contingencias sociales y control aversivo en la identidad y experiencias de transgêneros binarios

Gabriela de Oliveira Zin¹, Viviane Dutra Gama², Maria de Jesus Dutra dos Reis³

[1] Centro Universitário Central Paulista [2] Clínica particular [3] Universidade Federal de São Carlos | **Título abreviado:** Self e transgeneridade | **Endereço para correspondência:** Rua Thomaz de Santi, Jardim Bandeirantes – São Carlos/SP. CEP 13562200 | **Email:** gabrielazin@psicomportare.com | **doi:** org/10.18761/DH000167.set21

Resumo: A população *trans* é alvo sistemático de violências e violações de direitos. As práticas culturais relacionadas ao gênero influenciam diretamente em como a sociedade responde negativamente a estas pessoas e no desenvolvimento do *self* de pessoas que não estão em conformidade com os padrões *cis* normativos de gênero. Desta forma, o objetivo deste artigo é trazer uma possibilidade de interpretação comportamental contextual do desenvolvimento das identidades de gênero *trans* a partir da noção de *self* e discutir o papel das agências de controle na perpetuação das práticas de gênero e a sua relação com a transgeneridade, especialmente a psicoterapia. Apontamos como as identidades *trans* são constantemente invalidadas e alguns possíveis efeitos resultantes. Buscamos, também, discutir contingências culturalmente programadas que marginalizam as pessoas *trans* com o objetivo de perpetuar o controle social a partir do gênero. Por fim, defendemos a análise funcional como uma das principais ferramentas dentro das terapias comportamentais para um cuidado afirmativo da identidade *trans*.

Palavras-chave: Transgeneridade; Self; LGBTQIA+; Análise do Comportamento; Minorias de gênero.

Abstract: Transgender people are systematical targets of violence and rights violations. Gendered cultural practices directly influence on how society negatively respond to these people and the development of self of those that are not living accordingly the *cis* normative standards. Thus, the aim of this paper is to offer a contextual behavioral interpretation of the development of the transgender identities build in the notion of self. Also, we discuss the role of control agencies on the perpetuation of gendered practices and its relationship with transgender identities, especially the role of psychotherapy. We point out how *trans* identities are continuously invalidated and some possible outcomes and discuss culturally programmed contingencies that marginalize *trans* people with the goal to perpetuate social control through gender. Ultimately, we argue that functional analysis is one of the main tools within behavioral therapies for affirmative care of transgender people.

Keywords: Transgender; Self; LGBTQIA+; Behavior Analysis; Gender minorities.

Resumen: La población transgénero está en la mira sistemática de la violencia y de las violaciones de derechos. Las prácticas culturales relacionadas con el género influyen directamente en cómo la sociedad responde negativamente a estas personas y en el desarrollo del *self* de las personas que no se ajustan a los estándares *cis* normativos de género. En este trabajo nos proponemos a una posibilidad de interpretación conductual contextual del desarrollo de las identidades transgénero a partir de la noción de *self* y discutir el papel de las agencias controladoras en la perpetuación de las prácticas de género y su relación con la transgeneridad, especialmente la psicoterapia. Señalamos cómo las identidades *trans* son ampliamente invalidadas y algunos posibles efectos resultantes. También buscamos discutir contingencias culturalmente programadas que marginan a las personas *trans* con el fin de perpetuar el control social basado en el género. Finalmente, defendemos el análisis funcional como una de las principales herramientas dentro de las terapias conductuales para un cuidado afirmativo de la identidad *trans*.

Palabras clave: transexualidad; Self ; LGBTQIA+;Análisis Conductual; Minorías de género.

O projeto *Trans Murder Monitoring* registrou mortes violentas de pessoas LGBTQIA+ no período de 1 de outubro de 2019 a 30 de setembro de 2020, em todo o mundo. Essa pesquisa tem sido uma ação contínua da *Transgender Europe*, uma rede de advogados que atua em defesa dessa população em grande parte da Europa. Os resultados mostraram que no período ocorreram pelo menos 350 mortes da população monitorada, representando um aumento de 6% nos dados computados no mesmo período do ano anterior. No Brasil foram registradas 152 mortes, o colocando como líder desse ranking, seguido pelo México e Estados Unidos (57 e 28 mortes, respectivamente). Assim, pelo décimo segundo ano o Brasil aparece na posição de país que mais mata pessoas LGBTQIA+ no mundo (Trans Murder Monitoring, 2021). Organizações nacionais divulgaram que no ano de 2019 foram registradas no Brasil cerca de 329 mortes violentas de pessoas LGBTQIA+, representando uma morte a cada 26 horas; dessas 90,3% foram arroladas como homicídios e 9,7% como suicídios (Grupo Gay da Bahia, 2020). Nesse mesmo ano, 124 dos homicídios registrados tiveram como vítimas pessoas *trans* e esse número aumentou para 175 vítimas em 2020.

Mesmo diante da evidente violação de direitos que sofre a população LGBTQIA+, e especialmente as pessoas *trans*, em 2019 uma das cinco chapas que disputaram as eleições do Conselho Federal de Psicologia tinha como principal proposta a liberação das chamadas “práticas de reorientação sexual” ou “cura gay” (Folha de São Paulo, 2019; O Globo, 2019), fomentando uma prática notadamente associada a resultados negativos em saúde mental, como quadros de depressão e suicídio (APA, 2009), e indo na contramão do que estabelece o Código de Ética Profissional. O Código prevê em seu artigo segundo que: “O psicólogo trabalhará visando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (Conselho Federal de Psicologia, 2005).

Mesmo a chapa em questão tendo sido derrotada no pleito, tal mobilização de um grupo de psicólogos em contraste com os dados apresentados anteriormente conduz a um questionamento importante sobre qual tipo de conhecimento está

sendo produzido e divulgado entre os psicólogos brasileiros com relação a essa população. Destaca nitidamente a necessidade de produção de conhecimento em Psicologia em geral, incluindo o escopo da Análise do Comportamento, direcionado às necessidades da população LGBTQIA+, (de Carvalho, da Silveira & Dittrich, 2011; Mizael, 2018).

Para Connell e Pearse (2015), o senso comum compreende o gênero tomando como critério demarcador a divisão biológica entre macho e fêmea, correspondendo às diferenças sociais ou psicológicas entre homens e mulheres construídas sobre ou por tal divisão biológica. Ainda para as autoras, a identidade de gênero designa o envolvimento pessoal do indivíduo com cada uma destas categorias, ou seja, como cada indivíduo se posiciona dentro das categorias de gênero. A compreensão comum de gênero enfatiza uma dicotomia entre masculino e feminino como únicas possibilidades de gênero, o que tem sido amplamente discutido na literatura dos estudos de gênero (Hegarty, Ansara & Barker, 2018). Nesse artigo iremos delimitar a discussão a essa postura binária (mas compreendendo que não se trata da única possibilidade de análise), considerando que a partir dela são compreendidas as identidades *cisgênero* (onde o prefixo *cis* significa “do mesmo lado”), que caracterizam indivíduos cuja identidade de gênero corresponde à designação de gênero a partir das características sexuais primárias, e as identidades *transgênero* (onde o prefixo *trans* significa “para além de”), que caracterizam indivíduos que se identificam com um gênero diferente do gênero designado no nascimento.

Uma das funções (mas não a única) de classificar o gênero e definir práticas de gênero a partir das características reprodutivas é sinalizar aos membros da cultura o papel reprodutivo esperado dos indivíduos para a perpetuação desta mesma cultura (Malott, 1996). Por sua vez, os indivíduos transmitem as práticas culturais de gênero de forma intergeracional e entre os pares, sendo ao mesmo tempo produtos e agentes de tais práticas. *Cis heteronormatividade* pode ser compreendido como um “conjunto de práticas culturais, legais e institucionais que mantém a premissa de que há apenas dois gêneros, que o gênero é reflexo do sexo biológico e que somente a atração sexual entre esses dois gêneros ‘opostos’ é natural e aceitável” (Schilt

& Westbrook, 2009). Além disso, a *cis* heteronormatividade descreve um sistema onde indivíduos cisgêneros e heterossexuais são privilegiados, colocando-os dentro de uma classificação de gênero e de sexualidade consideradas saudáveis e, portanto, socialmente desejáveis, enquanto indivíduos em não conformidade com a cisgeneridade ou a heterossexualidade são alvo de estigma, preconceitos e discriminação (Worthen, 2016).

Como apontam Connell e Pearse (2015), a explicação reducionista do gênero somente como produto biológico ou mesmo interpretação que o assuma como produto da prática cultural parece não fornecer subsídio suficiente para explicar como se dá o envolvimento dos organismos com as práticas de gênero ao nível individual, uma vez que, por exemplo, os comportamentos ligados à masculinidade e à feminilidade podem variar muito entre os membros de uma mesma categoria e cultura, assim como alguns comportamentos ligados ao gênero podem ser observados com maior ou menor intensidade ou frequência a depender do contexto. Da mesma forma, seria igualmente ou ainda mais difícil explicar o surgimento das experiências e das identidades *trans*. Ou seja, há ainda a necessidade de compreender de maneira mais aprofundada como as interações entre variáveis complexas produzem repertórios de identidade de gênero distintos. Em particular, a compreensão das condições envolvidas na aprendizagem de comportamentos usualmente identificados como relativos ao gênero pode ajudar a circunscrever as relações de gênero e sua diversidade como um produto de contingências complexas, em grande parte produto de práticas sociais.

O presente trabalho tem como objetivo apresentar um modelo de desenvolvimento das identidades de gênero *trans*, a partir da noção de *self* e condições de múltiplos determinantes envolvidos na transgeneridade na Análise do Comportamento, em particular de uma perspectiva comportamental contextual. Examina, ainda, o papel das agências de controle na perpetuação das práticas tradicionais na definição de gênero e a sua relação com a transgeneridade, especialmente da *psicoterapia* como agência de controle.

Análise do Comportamento e construção da identidade de gênero *trans*

O behaviorismo radical e o modelo de seleção pelas consequências proposto por Skinner (1981/2007), fundamentos da Análise do Comportamento, fornecem ferramentas interessantes de análise ao compreender que as interações entre indivíduos e ambiente, incluindo o repertório relativo ao gênero, são produto de uma história de variação e seleção de respostas em níveis filogenético, ontogenético e cultural (Malott, 1996; Silva e Laurenti, 2016; Ruiz, 1995, 2003).

Skinner apresenta e desenvolve uma análise funcional do *Self* em diferentes momentos da sua produção teórica (Skinner, 1953, 1989a, 1989b). Em todas as suas proposições, o autor faz um esforço teórico de afastar o conceito como unidade iniciadora causal do comportamento, circunscrevendo este processo como fruto da interação dos três níveis de seleção do comportamento humano com predominância e determinação final pelo nível cultural determinado pelo que ele chama de cultura. “A seleção natural (filogênese) propicia-nos o organismo, o condicionamento operante (ontogênese) a pessoa, e a evolução da cultura, a existência do *self*”. (Skinner, 1989a, p. 44). Portanto, segundo o autor, o comportamento humano seria resultado de processos de seleção por consequências, em que há três níveis desta seleção. Cada um destes níveis no modelo de seleção por consequências apresentaria um “valor de sobrevivência”, sendo que o primeiro nível se relaciona com o valor de sobrevivência da espécie, o segundo nível, do indivíduo, e o terceiro nível, da cultura. O valor de sobrevivência para este último é a *transmissão* por meio de práticas que aumentam as chances de sobrevivência de uma determinada cultura.

Segundo Skinner, seria o terceiro nível de seleção por consequências que torna possível a construção de um *self* – subjetividade – por um determinado indivíduo. Por meio da ontogênese o indivíduo se torna singular, e por meio do comportamento verbal, entra em contato com seu mundo privado. Com a capacidade de comportar-se verbalmente, os homens se tornam suscetíveis a seleção de amplas

práticas culturais (Skinner, 1989b). De acordo com Andery (1997), “com o aparecimento do comportamento social e especialmente com o comportamento verbal, torna-se possível que o comportamento de um indivíduo seja efetivo, ainda que não entre em relação mecânica com o ambiente.” (p. 204).

A evolução do comportamento verbal, por sua vez, possibilitou que a espécie humana desenvolvesse certos tipos de relações e comportamentos dependentes e derivados do comportamento verbal, como a cooperação, formação de regras, aconselhamentos. Além disso, possibilitou o desenvolvimento do autoconhecimento ou da consciência. Sendo assim, seria através da cultura e mais especificamente do comportamento verbal que o indivíduo conseguiria entrar em contato e ter acesso ao seu mundo privado. Na medida em que o controle operante torna o indivíduo único e singular, produto de uma história particular, é apenas através da capacidade de se comportar verbalmente que pode ser efetivamente realizado o contato consigo mesmo. A cultura permite que o indivíduo se conheça e se autogoverne, para lidar com suas atuações sociais, e assim, através da comunidade verbal, é permitida a construção da subjetividade, parte importante do repertório dos indivíduos (Andery 1997; Skinner, 2006).

A construção de um *self*, para Skinner, só pode ser discutida levando em conta este terceiro nível do modelo de seleção por consequências. A subjetividade, por mais privada e interna que possa parecer, possivelmente é a mais social de todas as características humanas. Por mais que pareça contraditório (uma vez que o ato de a tornar pública por meio de correlatos, a desfaz), a construção da subjetividade só é possível através da interação e da experiência com os eventos públicos do ambiente social, através de modelagem, reforçamento social, comportamento verbal e cultura. Sem estes conceitos, não é possível sequer falar em subjetividade, consequentemente um *Self* (Andery, 1997).

O caráter contextual e funcional da ciência do comportamento resulta em uma compreensão da ação humana a partir de um contexto histórico em que o comportamento ocorre e do impacto das consequências sobre o mesmo. Portanto, qualquer tentativa de análise comportamental de questões de gênero deve levar em conta, necessariamente, os

contextos nos quais comportamentos considerados específicos de gênero são selecionados e quais consequências contribuíram para sua seleção e manutenção (Addis, 2010).

Silva e Laurenti (2016) fizeram uma análise de como o modelo skinneriano de seleção pelas consequências estabelece uma noção multidimensional de ser humano e como gênero e identidade de gênero podem ser compreendidos a partir desta análise. Para as autoras:

“Em termos comportamentalistas, pode-se dizer que a palavra *gênero* designa a *pessoa*, isto é, padrões de comportamento ontogenéticos, considerados típicos de mulheres e de homens no contexto de uma dada cultura. Já a noção de *self* elucida a noção de *identidade de gênero*, isto é, o modo como o indivíduo se comporta, pensa e sente em relação ao seu próprio gênero.” (p. 205)

Em relação à experiência privada de gênero, podemos dizer que são selecionados aspectos do “sentir-se mulher” ou “sentir-se homem”, não somente aspectos verbais, mas também não verbais. É importante mencionar que a variação nas respostas é aleatória, não orientada, e esse é um dos principais pontos elencados por Malott (1996). Neste trabalho o autor propõe uma visão analítico-comportamental sobre orientação sexual e papéis de gênero e fornece argumentação que se considera pertinente ao que aqui chamamos como identidade de gênero. Para ele:

“... essa visão analítico-comportamental sugere que as formas particulares do comportamento são arbitrarias; qualquer que seja o comportamento humano de interesse, as contingências de reforçamento e punição determinam a sua forma”. (p. 127)

Assim, compreender o gênero como produto ontogenético implica que tanto a experiência privada cisgênero quanto a transgênero são produtos aleatoriamente selecionados dos mesmos processos, processos estes que também incidem sobre a formação de quaisquer outros repertórios comportamentais. Ainda para Malott (1992), os papéis

sexuais (aqui é possível ler repertórios de gênero) são tão bem estabelecidos por contingências socialmente arranjadas de maneira tão pervasiva que é possível confundirlos com padrões inatos, são padrões tão bem aprendidos que se tornam difíceis de serem modificados.

A distinção entre os níveis de seleção é artificial e todo e qualquer comportamento é compreendido como produto da interação complexa entre os três níveis. Assim, a experiência de gênero e a identidade de gênero são produtos entrelaçados de contingências. Adicionalmente, como Silva e Laurenti (2016) destacam, a noção de *self* fornece uma compreensão de como podem ser construídas as identidades de gênero e a sua relação com as práticas culturais de gênero. Em suma, *self* (ou “Eu”) emerge a partir da discriminação verbal do próprio comportamento como diferente do comportamento do outro (McHugh & Stewart, 2012), e está intimamente relacionado à discriminação de eventos privados. Para Tsai (2006) compreender o *self* é identificar estímulos relevantes que controlam a autorreferência, ou seja, os estímulos que controlam os relatos verbais referentes ao “Eu”.

Durante os primeiros estágios de socialização dos indivíduos, a comunidade verbal, que não possui acesso aos eventos privados individuais, utiliza estímulos públicos para ensinar por modelagem ou modelação o relato de eventos privados (e.g. diante do estímulo público “maçã” a comunidade reforça o relato “eu vejo a maçã”, e da mesma forma pode reforçar “eu vejo gato” ou “eu ouço música” diante dos estímulos públicos correspondentes). Em estágios posteriores do desenvolvimento, o “Eu” emerge como uma unidade funcional independente sob controle da estimulação privada de [“ver”, “ouvir”, “sentir” e etc]. O que chamamos consciência ou autoconhecimento se trata da descrição de nosso próprio comportamento (Kohleberg & Tsai, 1996/2001). Os estímulos que controlam a resposta verbal “Eu” [“vejo”, “ouço”...] são distintos da experiência direta de ver ou ouvir. O objeto visto pode mudar, assim como o sentimento, entretanto o *locus* onde ocorre a atividade permanece o mesmo, a perspectiva do “Eu” permanece a mesma.

Entretanto, a inacessibilidade da experiência privada pela comunidade pode resultar no reforço de respostas verbais emitidas sem que os compo-

mentos privados usuais estejam presentes; adicionalmente, essas contingências apresentadas sob controle do componente público podem exercer controle aversivo sobre diferentes componentes privados do comportamento. Isso dificulta a transferência de controle do comportamento verbal emitido sob controle público para o controle privado e faz com que o indivíduo responda sob controle de outros estímulos ambientais, que não necessariamente estão sendo considerados pelas agências sociais que contingenciam e selecionam estes repertórios. Quanto menor a contiguidade e correspondência entre o reforço social dos eventos privados e públicos a serem descritos na classe do comportamento, podemos prever que a comunidade estaria reforçando componentes do comportamento sob o controle de estímulos que não seriam aqueles que acreditam que estariam exercendo o controle discriminativo da resposta (Kanter, Parker & Kohleberg, 2001; Kohleberg, 2006; Kohleberg & Tsai, 2001 e Moreira et al., 2017).

Ruiz (2003) identifica que as práticas de gênero envolvem o controle discriminativo exercido pela comunidade verbal sobre seus membros com base no sexo biológico, isso significa que determinadas classes de respostas são diferencialmente reforçadas com base no sexo biológico. A primeira implicação desta prática para a construção da identidade da pessoa *trans* é que, obviamente, há uma discrepância entre a experiência de gênero *trans* e o estímulo público que a comunidade usualmente toma como referência para reforçar as respostas relativas ao gênero. Na verdade, por motivos a serem posteriormente descritos, a comunidade tende a punir relatos de experiências ou práticas que, na visão do senso comum, não se alinham à anatomia sexual exibida por aquele indivíduo.

Este tipo particular de punição sofrida por pessoas *trans* a partir dos seus relatos de experiências é um exemplo dos componentes daquilo que Meyer (2003) descreveu como Estresse de Minorias ou Estresse Minoritário (EM), definido pelo autor como um desdobramento da teoria do Estresse Social para distinguir estressores adicionais aos quais pessoas que pertencem a categorias socialmente estigmatizadas estão expostas em função da sua posição social, geralmente minoritária. Dentre os diversos efeitos possíveis que este tipo de estres-

sor pode produzir sobre as populações afetadas, estão diversos problemas de saúde mental, incluindo problemas de desregulação emocional.

Importante pontuar que de acordo com Costa e et al. (2020), o Modelo de Estresse de Minoria, ao fazer uso do termo minoria, não se refere ao sentido numérico da palavra, mas sim político, visto que alguns grupos, como mulheres e negros, são maioria do ponto de vista populacional, mas ainda assim são afetados por estressores específicos decorrentes das relações de poder em nossa sociedade. Entretanto, ainda para os autores, existem inconsistências tanto em alguns componentes da teoria como na sua generalização para outras populações. Pensando nisso, Hendricks e Testa (2012) trabalharam em adaptações para adequar este modelo às pessoas *trans* e/ou pessoas em não conformidade com as normas de gênero considerando justamente as taxas alarmantes de discriminação, violência e rejeição à que esta população está submetida por sua expressão de gênero.

Por exemplo, podemos esperar que uma criança do sexo masculino que emita classes de respostas com topografia, frequência ou intensidade culturalmente associados ao gênero feminino usualmente é exposto a consequências aversivas disponibilizadas por diferentes agências sociais. A comunidade pode adotar práticas que variem desde sanções verbais (e.g. “você é um menino, não pode brincar de boneca!”; “não se sente dessa forma, você é uma mocinha.”), até práticas como espancamentos, estupro “corretivos” ou assassinato dos indivíduos que apresentam comportamento divergente do que é considerado normativo.

Embora as experiências *cis* e *trans* sejam construídas a partir dos mesmos processos de seleção comportamental, a comunidade verbal imediata tende a reproduzir os padrões culturalmente estabelecidos e constitui ambientes hostis e invalidantes da experiência *trans*. O indivíduo, além de aprender a invalidar as próprias experiências, permanece em vigilância constante e na dependência do outro em busca de pistas sobre como deve agir e sentir para escapar à punição. Linehan (2018) identifica como ambientes emocionalmente invalidantes aqueles onde os cuidadores negam, reforçam de maneira inconsistente, punem as experiências individuais ou descrições de eventos que os cuidadores não podem

observar ou com os quais não concordam e associa tais ambientes à desregulação emocional. Na literatura, a desregulação emocional produzida pela constante invalidação da identidade tem sido identificada como tendo possível papel de mediação entre o estresse minoritário e o sofrimento psicológico experienciado por indivíduos em não conformidade com a *cis* normatividade (Hatzenbuehler, 2008; Hatzenbuehler, Nolen-Hoeksema, & Dovidio, 2009).

Entendemos que o Modelo de Estresse de Minoria foi proposto tendo como bases elementos conceituais cognitivistas. No entanto no desenvolvimento do modelo, a proponente utiliza processos e constructos conceituais facilmente traduzidos em termos de contingências de reforço, controle aversivo, punição e seus produtos colaterais emocionais. Portanto, nos parece que os processos que o modelo discute como determinantes nas questões de saúde mental, como a desregulação emocional, podem ser facilmente trasladados e traduzidos como produtos de contingências estressoras características desta população; sejam relações observadas de forma pública, como a repreensão dos relatos sobre experiências privadas divergentes das expectativas *cis* normativas, ou privadas, como a própria experiência de pensamentos ou autoconceitos relativos a inadequação e desconforto com o próprio corpo.

A discrepância entre a experiência privada e a pública na forma como a comunidade se refere ao gênero com base no sexo anatômico pode produzir essa experiência de estranheza e não-identificação com o próprio corpo, constituindo um dos primeiros desafios no processo de construção da identidade de gênero: quais contingências e experiências devem ser validadas na construção da identidade com relação a si mesmo. Há ainda outra função relevante intrinsecamente relacionada à primeira, que é a tentativa de modificação das variáveis que controlam o comportamento da comunidade verbal. Segundo Connell (2016): “Transicionar abertamente [...] define mais claramente a questão como sendo de *reconhecimento*. Envolve uma questão bastante familiar na psicologia social, encontrar apoio para a autoimagem” (p. 218). Dessa forma, não é possível compreender o processo de transição apenas como atrelado a mudanças cirúrgicas na anatomia das características sexuais primárias ou secundárias (mastectomia bilateral ou redesi-

nação genital), há que se compreender que faz parte do processo de transição toda modificação corporal e comportamental com o objetivo de alterar os estímulos discriminativos sob controle dos quais a comunidade verbal responde, visando diminuir o caráter aversivo das interações sociais e aumentar a disponibilidade de reforçadores positivos para a identidade auto referenciada.

A Teoria das Molduras Relacionais (Relational Frame Theory- RFT) tem fornecido subsídio para avançar na compreensão do papel da linguagem na construção do *self*. Para a RFT, o estabelecimento de relações arbitrárias entre estímulos com base em dicas contextuais é uma outra maneira pela qual estímulos podem adquirir função e o repertório de Responder Relacional Arbitrariamente Aplicável (RRAA) seria um operante chave para a aquisição de linguagem. O repertório de RRAA compreende a capacidade de responder a um estímulo em função de suas relações simbólicas com outros e seria produto de uma história de treinos com múltiplos exemplares, em que inicialmente são reforçadas diferencialmente respostas a relações entre estímulos que compartilham propriedades formais. Após a repetição dessa aprendizagem com múltiplos pares de estímulos e múltiplas propriedades, o indivíduo passa a abstrair dicas verbais que indicam o tipo de relação entre estímulos: equivalência, oposição, diferença, comparação, hierarquia, através de relações espaciais, temporais, de causalidade e relações dêiticas (que dependem da perspectiva do falante e do ouvinte). As molduras relacionais compreendem padrões específicos do RRAA, diferenciados pelo contexto que evoca a sua ocorrência (Moreira et al., 2017; Perez, Nico, Kovac, Fidalgo & Leonardi, 2013).

Segundo Moreira et al. (2017), sob a perspectiva da RFT, quando o próprio comportamento adquire função de estímulo ele é passível de ser integrado em relações simbólicas. Curtin, Diamond & McHugh (2016) dão exemplos de algumas molduras que podem ser aplicadas tomando em conta o contexto de minorias sexuais e de gênero:

“Por exemplo, nós podemos relacionar as coisas como opostas (“Gay é o oposto de hétero; ser hétero é bom e eu sou gay, portanto eu sou ruim”), diferentes (“Meninos são diferentes de

meninas”), comparativamente (“Jeff é mais atraente que eu”), de modo causal (“Se as pessoas descobrirem que sou bi, eu vou ser rejeitado”), temporalmente (“Se a rejeição já é difícil agora, vai ser ainda pior quando eu me assumir para os meus pais”), e em termos de perspectiva (“É mais difícil ser gay aqui, na Rússia, do que seria lá, na Espanha”). (p. 18) [tradução dos autores].

Ainda, no mesmo texto as autoras discutem que a tomada de perspectiva em combinação com um repertório relacional estendido pode estabelecer dois tipos de *self* funcionalmente distintos: o *self* como conteúdo das relações verbais (*self* conceitual) e o *self* como contexto das relações verbais (o *self* transcendental). O *self* como conteúdo das relações verbais consiste em redes relacionais descritivas e avaliativas elaboradas que as pessoas constroem sobre si mesmas e sua história ao longo do tempo. Basicamente é o repertório verbal de descrição sobre si mesmo mencionado anteriormente e abrange interpretações, explicações, avaliações ou racionalizações sobre o próprio comportamento organizadas numa rede que persiste ao longo do tempo e das experiências. Tais redes são construídas a partir da exigência da comunidade verbal de descrições de padrões de comportamento mais estáveis ao longo do tempo que facilitem a previsão do comportamento com base em padrões da história passada (Moreira et al., 2017).

Os problemas emergem quando, por um alto nível de transformação de função, os indivíduos passam a responder aos estímulos como se fossem o conteúdo literal daquela descrição e as regras têm um papel fundamental nesse tipo de processo. As regras são compreendidas como comportamentos que regulam uma rede relacional (Törneke, 2010) e, nesse sentido, a cisnormatividade é a regra que coloca indivíduos de identidade cisgênero como representando uma classificação de gênero considerada desejável, saudável e natural. O reforço ostensivo dessas relações torna possível derivar que, por oposição, a transgeneridade seria então indesejada, doentia e antinatural, então conduzindo os indivíduos a buscar pela cisgeneridade afastando-se da transgeneridade. Essas relações podem fazer com que pessoas *trans* se inspirem e busquem atingir padrões fenotípicos e comportamentais caracterís-

ticos de pessoas *cis*, como também compreender cisgêneros como superiores esteticamente, comportamentalmente e socialmente. O efeito destas contingências pode não se limitar às identidades *trans*, mas também afeta os cisgêneros de forma concomitante, fazendo com que pessoas *trans* sejam compreendidas como inferiores, levando à discriminação, ao preconceito e ao distanciamento social. Na melhor das hipóteses, transgêneros são vistos como sendo dignos de pena, e na pior, dignos de ódio.

A dinâmica formada a partir destas molduras relacionais, bem como a partir de contingências socialmente impostas sobre ambas as populações *cis* e *trans*, vai produzir uma hierarquização nas relações sociais entre transgêneros e cisgêneros. Como dito anteriormente, o controle exercido pelos cisgêneros sobre as pessoas *trans* pode acontecer de diversas formas e produzir também diversos efeitos distintos, mais ou menos relacionados à violência sofrida. Connell (2021) discute a saúde da população *trans* a partir das lentes dos determinantes sociais da saúde e aponta quatro grandes desafios enfrentados por essa população: permanecer vivo diante da violência e doença, viver uma vida *trans* abertamente, enfrentar as pressões (incluindo o populismo conservador emergente) e fazer com que a transição funcione socialmente. De acordo com a autora, a pobreza é um elemento que perpassa todos esses desafios, mantendo as pessoas *trans* em situação de marginalidade.

Mesmo assim, há ainda tendência de responsabilização individual, que também opera como um mecanismo de controle comportamental em si e que funciona de forma autorreguladora, o que significa que as consequências produzidas são usadas para fortalecer os argumentos que operam como estímulos especificadores de resposta. Para exemplificar, é possível pensar numa situação em que uma pessoa transgênero em idade escolar tem o seu direito ao nome social negado, sofre bullying por parte dos colegas de escola, é negligenciada pelas autoridades escolares e não tem permissão de usar o banheiro correspondente ao gênero com o qual se identifica. Dentre as possibilidades de enfrentamento dessa situação, podemos pensar na submissão (fuga ou esquiva) e no contracontrole.

Caso essa pessoa permita-se aceitar toda essa violência, pode ser que ela não seja reconhecida

como *trans* ou poderá ser questionada sobre a sua identidade por ter se conformado às expectativas cisnormatizantes e, nesse caso, poderá ser considerada então alguém confusa, fraca ou covarde. De outra forma, buscando preservar sua identidade, a pessoa pode decidir resistir (exercer contracontrole) e exigir os seus direitos de forma incisiva, e nesse caso ela será considerada rebelde, violenta e perigosa. Diante de tal situação perniciososa, quaisquer reações do indivíduo são então utilizadas como justificativa para a perpetuação dessas mesmas contingências. Mais que isso, ao mesmo tempo o indivíduo é confrontado com múltiplas situações onde a comunidade verbal irá reforçar os rótulos negativos impostos sobre a identidade, integrando-os às redes relacionais conectadas ao “Eu”.

De modo geral, o desenvolvimento do *self* como conteúdo em pessoas *trans* leva a um sofrimento perpetuado tanto por contingências aversivas diretas como por construções verbais que permeiam as práticas sociais. Entretanto, há que se explorar ainda a noção de *self* como contexto das relações verbais. O *self* como contexto se refere à abstração do elemento em comum das experiências discriminativas, a perspectiva do organismo que se comporta. Moreira et al. (2017) comentam que há um paradoxo entre a grande diversidade e dinâmicas de experiências que podem acontecer na vida dos indivíduos e a aparente constância do “Eu”, a resolução desse conflito é “encontrada no estabelecimento de uma relação verbal de hierarquia: o que sinto, penso e tenho vontade de fazer não sou eu, mas é parte de mim” (p. 229).

Para Curtin, Diamond & McHugh (2016), o *self* como contexto é um processo utilizado para auxiliar os clientes a desfundir o *self* das suas autoavaliações, permitindo que o indivíduo se veja como o pensador, e não como os pensamentos; como quem sente, e não como os sentimentos. Dessa forma, compreender o *self* como contexto das relações verbais implica na compreensão de que a transgeneridade é apenas uma das formas pelas quais é possível se referir ao “Eu”, mas não a única. E que os rótulos impostos sobre pessoas *trans* são produto de contingências externas e não produzidos por elas mesmas.

O papel das práticas culturais de gênero

Ruiz (2003) discute que as práticas de gênero envolvem o controle discriminativo exercido pela comunidade verbal sobre seus membros com base no sexo biológico. De modo mais completo, a autora discute que gênero pode ser compreendido como um conjunto de práticas culturais mantidas por contingências de reforçamento sociais, onde a comunidade verbal se baseia no sexo biológico como estímulo discriminativo para o arranjo de contingências que permitirão ou não o acesso de certos indivíduos ou grupos a determinadas fontes de reforçadores. Assim, para compreender as relações de gênero e também as reações de determinada cultura à transgeneridade, é necessário compreender qual ou quais grupos detêm o poder de controlar como é disposto o acesso a reforçadores nesta cultura, quais indivíduos são privilegiados e com qual finalidade.

As agências de controle são apontadas por Skinner (1953) como práticas de controle social sobre um grupo ou cultura. Algumas agências elencadas por Skinner (1953) são religião, governo, educação, poder econômico e psicoterapia. Estas agências são mediadoras entre as regras estabelecidas pela cultura e as consequências que afetam o comportamento dos indivíduos para se adaptar ao controle de grupo, sendo importantes instrumentos para a transmissão e perpetuação das práticas culturais entre gerações.

Com a expansão da literatura sobre estudos de gênero na década de 70 motivada pelo Movimento de Libertação das Mulheres, autoras feministas têm descrito o gênero como uma característica da estrutura sociopolítica e da hierarquia social na qual a categoria sexual serve como um marcador de *status* e posição, na qual os homens são privilegiados em detrimento das mulheres. Entretanto, não são quaisquer grupos de homens que detêm o poder de regular as estruturas sociais, mais especificamente são homens, brancos, cisgêneros e de classe média e alta. O *status* social conferido aos indivíduos que exibem tais características os colocam em uma categoria social de “maior valor”, enquanto todos os indivíduos com características distintas serão lidos como posicionados em categorias de “menor

valor” (como mulheres, pessoas pretas, indivíduos com menor status socioeconômico e indivíduos que não estão em conformidade com os padrões de gênero, como as pessoas *trans* binárias ou não-binárias) (Magnusson & Marecek, 2018; Connell & Pearse, 2015).

Segundo Nicolodi e Arantes (2019) a garantia de que os papéis de gênero sejam cumpridos ocorre por meio de ideologias utilizadas pelas agências de controle que vão determinar os critérios de verdade dentro daquela cultura, selecionando comportamentos e estabelecendo reforçadores sociais próprios, em detrimento das contingências ambientais das quais o comportamento individual é função direta. Aliás, vale a pena destacar que a noção do gênero como algo “natural” e correspondente às características sexuais primárias como estabelecido atualmente pelo senso comum, corresponde a uma estratégia das próprias agências de controle culturais para garantir que todos sigam as normas estabelecidas para os indivíduos de acordo com seu sexo, cumprindo assim seus papéis sociais.

Como sinalizado por Malott (1996), a categorização dos indivíduos com base na função reprodutiva é parte de um processo pelo qual a cultura assume um controle maior sobre a capacidade reprodutiva dos seus membros e busca garantir que eles de fato o façam, aumentando assim o número de indivíduos pertencentes àquela cultura. O autor explora que em determinado momento passado, as altas taxas de mortalidade infantil levaram ao estabelecimento de normas sociais que estimulassem o sexo para fins exclusivos de procriação. Nesse contexto, a religião aparece como uma das agências de controle que perpetua o controle social sobre a capacidade reprodutiva dos indivíduos, pareando qualquer performance sexual ou de gênero divergente da norma com estímulos aversivos como “pecado” ou “punição”, sendo a transgeneridade considerada como produto de possessões demoníacas. Assim, faz sentido que a aderência rígida a determinadas normas religiosas esteja associada a altos níveis de transfobia (Campbell, Hinton & Anderson, 2019).

Historicamente, foi designado à psiquiatria e à psicologia um papel de acompanhamento e autorização para que pessoas *trans* possam realizar procedimentos cirúrgicos “transsexualizadores” – como a

redesignação sexual e a mastectomia bilateral masculinizadora. Em tese, o acompanhamento com estes profissionais tem como objetivo reduzir os impactos psicológicos que estes procedimentos podem causar, como por exemplo o arrependimento pós cirúrgico, frustração das expectativas irreais ou mesmo o suicídio (APA, 2015; Ministério da Saúde, 2013, Conselho Federal de Psicologia, 2018, Conselho Federal de Medicina, 2020). Entretanto, como outras agências de controle, estas práticas têm como pilar fundamental a psicopatologização e psiquiatrização da transgeneridade, perpetuando a noção culturalmente imposta da transgeneridade como algo nocivo que exige algum tipo de adequação e monitoramento por meio de agentes de controle como o psicólogo e o psiquiatra, a quem são dados o poder de “decidir” quem é ou não “*trans* de verdade”, tornando as práticas psicológicas, mesmo que indiretamente, um pilar mantenedor da perspectiva cisnormatizante.

A transgeneridade, como um conjunto de possibilidades de identidades de gênero que extrapola as expectativas cisnormativas, pode se tornar um risco para a cultura, visto que não só se opõe às regras e normas por ela impostas, como também ameaça a validade destas mesmas regras que asseguram o controle social do gênero, pois se o gênero (e todas as regras comportamentais que seguem a partir dele) é algo natural e corresponde ao sexo, o que explicaria a transgeneridade? Aqui se explicita uma das possíveis raízes da transfobia na nossa cultura, determinada em algum nível pelo prejuízo que a transgeneridade traz à manutenção do “sistema sexo/gênero”, definido por Rubin (1975) como um conjunto de arranjos sociais que *transformam* a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, e seu consequente controle sobre a potencialidade reprodutiva dos indivíduos e suas implicações econômicas e sociais (produção de mão de obra trabalhadora e consumidores). Para uma discussão mais aprofundada sobre transfobia, recomendamos a leitura do trabalho de Staples e colaboradores (2018) que discute, a partir do Modelo de Estresse de Minoria, como as atitudes transfóbicas da sociedade podem ser internalizadas e provocar problemas de saúde mental e até ideação suicida.

A ideia de que pessoas *trans* são perigosas, ligadas à criminalidade, promíscuas, entre outras coisas, é muitas vezes fundamentada no fato de que

essas pessoas evadem da escola, vivem em regime de exclusão social e se concentram na prostituição. Entretanto há que se considerar que de forma geral para estas pessoas existem contingências socialmente arranjadas no ambiente físico e social que limitam o acesso a espaços públicos e excluem o reconhecimento social e profissional, minando oportunidades de emprego no mercado de trabalho formal e dificultando o acesso a posições socialmente consideradas dignas/relevantes. Da mesma forma, a prostituição pode ser uma das poucas condições disponíveis como fonte viável de conseguir recursos para sobrevivência diária.

As práticas culturais são mantidas pelas agências de controle de forma síncrona, assim, as escolas, por exemplo, também são agências de controle que colaboram para a manutenção de práticas *cis* heteronormativas devido a preservação de atitudes conservadoras em relação ao binarismo de gênero e também da sexualidade (Barbosa e Ferraz, 2019). Como mencionado, o próprio ambiente escolar é coercitivo e excludente em relação às pessoas *trans* e como alternativa de ação, a evasão escolar como um meio de fuga acaba sendo a opção escolhida por muitos, ou seja, pessoas *trans* não abandonam as escolas porque são desinteressadas, mas porque as escolas reproduzem violência que as afasta.

O argumento de muitos a respeito dessas situações circula em torno do fato de que a violência contra pessoas *trans* é geralmente implícita, a ponto de nem ser percebida como violenta por muitos. As piadas, errar o nome social, errar pronomes de tratamento, são exemplos do que conhecemos como microagressões (Nadal, Skolnik e Wong, 2012; Nadal, Davidoff, Davis e Wong, 2014) que usualmente são interpretadas como banalidades pela maioria das pessoas *cis* gênero, mas que exercem controle insidioso sobre o comportamento de pessoas *trans*, causando diversos efeitos colaterais, fazendo com que estas sintam-se humilhadas, diminuídas e invalidadas. O conjunto de contingências extremamente aversivas que sistematicamente são programadas para indivíduos com identidade *trans*, acaba por colocar em extinção respostas que favoreçam o acesso a variedade ampla de reforçadores positivos, impossibilitando um repertório rico e variado, diminuindo as condições de vivências positivas com os outros e consigo mesmo.

A insatisfação com o próprio corpo, especialmente em relação às características sexuais primárias e secundárias, é compreendida por muitos como uma característica intrínseca e fundamental das identidades *trans*, tendo sido inclusive critério para o diagnóstico "Transexualismo" de acordo com a décima versão do manual de Classificação Internacional de Doenças (CID-10; OMS, 1996). É possível avaliar que esse critério diz mais respeito às normativas *cis* do que as identidades *trans* em si, abrindo espaço para questionamentos, como por exemplo: O desejo característico que algumas pessoas *trans* têm por alterações físicas, é algo próprio destas pessoas ou produzido pela cultura? Pessoas *trans* precisam mesmo buscar ou desejar transformações físicas para terem suas identidades socialmente aceitas e socialmente validadas? Na décima primeira versão do manual (CID-11, OMS, 2019), insatisfação corporal manteve-se para o diagnóstico na infância, mas para o diagnóstico na vida adulta houve uma mudança positiva de paradigma, explicitando que o desejo pelas mudanças corporais se relaciona à um desejo da pessoa *trans* de ser aceita de acordo com o gênero experienciado. Vale destacar também que no CID-11 foi abolida a nomenclatura "Transexualismo" em favor da nomenclatura "Incongruência de Gênero", o que por muitos anos foi uma pauta do movimento *trans* considerando o caráter patologizante do sufixo -ismo.

Até este ponto, a argumentação aqui tecida procurou discutir o papel da cultura transfóbica e *cis* normativa como a maior responsável pelos comportamentos característicos de pessoas *trans* binárias, inclusive no que diz respeito à busca por procedimentos cirúrgicos e/ou estéticos para alteração das características sexuais. Dessa forma, destaca-se a necessidade de atenção a estes processos sociais e culturais em detrimento de uma visão que compreenda a experiência *trans* a partir de um ponto de vista exclusivamente subjetivo, intrínseco ao sujeito. Essa mudança de perspectiva nos parece fundamental para que se possa redesenhar o papel do psicólogo como agente controlador no processo transexualizador.

Reflexões sobre o (novo) papel da psicoterapia

O papel da psicoterapia como uma agência de controle que pode corroborar práticas culturais transfóbicas vem sendo motivo de uma enorme oposição por parte da comunidade *trans* que questiona sua legitimidade. Se de um lado temos a comunidade *trans* que faz este questionamento do acompanhamento psicológico no processo de transição e/ou transexualizador, por outro as questões que a psicologia deveria preservar são relevantes e necessárias, levando nossa discussão ao ponto crucial de que a psicologia não deve ser excluída deste processo, mas sim repensada, especialmente considerando a violência que pessoas *trans* precisarão enfrentar a partir deste processo cujos efeitos podem ser gerenciados pelo acompanhamento psicológico. Mas, ao mesmo tempo em que a psicologia não deve ser excluída, definitivamente não pode exercer a função social de invalidar as identidades *trans*, buscando direcioná-las o mais próximo possível da cisgeneridade, por entendê-la como uma possibilidade ideal a ser alcançada. É essencial que estes profissionais estejam aptos não apenas para seguir protocolos e avaliar aspectos biopsicossociais dos indivíduos para a conclusão do seu processo transexualizador, mas também que possam ser capazes de empoderar estas pessoas a partir de suas próprias características e especificidades como pessoas *trans*.

Em oposição à tais práticas que buscam invalidar ou patologizar as identidades *trans*, têm sido fomentado o cuidado afirmativo de gênero na prática não só de psicólogos, mas de todos os profissionais envolvidos no cuidado desta população (APA, 2015). O profissional que pratica o cuidado afirmativo reconhece a experiência de gênero individual tal como relatada como verdadeira e nesse sentido "afirma" ou valida tal identidade perante o próprio indivíduo e sua comunidade (Edwards-Leeper, Leibowitz e Sangganjanavanich, 2016). As principais premissas do cuidado afirmativo envolvem: a) a compreensão de que as variações de gênero não são transtornos; b) a necessidade de uma sensibilidade cultural, considerando que as expressões de gênero variam entre culturas; c) a compreensão do gênero como produto de interação entre variáveis

biológicas, desenvolvimentais, de socialização, culturais e contextuais; d) a relação de um indivíduo com o gênero é fluida e pode variar ao longo da vida e; e) se há alguma patologia ela geralmente será produto de reações sociais como a homofobia, transfobia ou sexismo (Hidalgo et al., 2013).

É importante frisar que independentemente de qualquer procedimento cirúrgico ou estético possível, uma pessoa *trans* sempre será uma pessoa *trans*, carregando uma história de vida *trans*, com dificuldades, marcas e cicatrizes comportamentais características do processo de desenvolvimento desta população que, diferentemente das características anatômicas e fenotípicas, não são passíveis de alteração cirúrgica, pois uma história de contingências não pode ser arrancada com um bisturi.

Para que isso aconteça, é importante que profissionais que trabalham com essa população como endocrinologistas, ginecologistas, urologistas, assistentes sociais, mas especialmente psicólogos e psiquiatras, construam um conhecimento aprofundado e coerente com as discussões mais atuais a respeito do assunto, como pretendemos iniciar neste artigo, especialmente no contexto brasileiro em que as barreiras para que pessoas *trans* tenham acesso a serviços adequados de saúde pelo SUS são muitas, dentre elas, a discriminação dos próprios profissionais de saúde (Costa et al., 2018). Um passo inicial seria justamente oferecer alguns critérios com menores condições de controle aversivo, auxiliando a pessoa na discriminação de contingências, positivas ou aversivas, que deveriam ser consideradas no processo de decisão sobre realizar ou não algum procedimento cirúrgico ou estético, o que é possível através da análise funcional do comportamento.

Intervenções delineadas utilizando uma cuidadosa análise funcional do comportamento podem se mostrar bastante úteis no processo de identificação das variáveis mais críticas para identidade de gênero e para a escolha de se submeter ao longo, custoso e demandante processo de redesignação de gênero. Se a decisão está baseada em regras consistentes com contingências em operação, com produção de reforçadores positivos ou negativos possíveis, provavelmente é uma decisão com menor probabilidade de provocar arrependimento, visto que pode levar à emissão de comportamentos, considerando consequências que são de fato atingíveis.

Por exemplo, um homem *trans* diz que sua decisão sobre realizar uma mastectomia bilateral é focada no fato de sentir-se mais à vontade em mostrar seu corpo, exercer sua liberdade de andar sem camisa, aumentar sua atratividade, etc, essas são consequências que provavelmente se concretizarão após o procedimento, trazendo ao indivíduo satisfação. Por outro lado, caso as regras que embasam a decisão sejam inconsistentes com a realidade, cujas consequências previstas sejam irreais ou ilusórias, existe uma possibilidade enorme de arrependimento. De outro lado, se outro indivíduo *trans* diz procurar pela cirurgia por que isso vai tornar ele um “homem de verdade”, ou que isso vai fazer com que ele não sofra mais transfobia, possivelmente deve ser necessário que uma maior investigação seja implementada, com um cuidadoso movimento de discussão sobre as contingências e consequências mais frequentemente envolvidas no processo; se essas condições não estiverem bastante claras e bem estabelecidas, a chance de que expectativas sejam frustradas é muito grande, podendo tornar a cirurgia uma decisão arriscada.

Um caso famoso que exemplifica melhor a situação ocorreu com uma modelo *trans* famosa no Brasil. Em entrevista ao *Fantástico* em 2013, a modelo Lea T. ao falar sobre o seu procedimento cirúrgico de redesignação sexual, diz “não recomendar o procedimento pra ninguém”. A modelo explica seu posicionamento pontuando que o procedimento foi uma “ilusão”, que ela acreditava que aquela cirurgia a transformaria em uma mulher de “verdade”, mas ela continua sendo a mesma pessoa. Pode-se inferir que as relações verbais aqui presentes estabelecem a seguintes molduras: Ser *trans* é equivalente a ser falso, logo, ser cisgênero é equivalente a ser verdadeiro; ser cisgênero é ter uma anatomia sexual específica (no caso, ter vagina), logo, se eu tiver uma vagina eu vou ser cisgênero. É evidente que essa consequência, apesar de parecer real, na prática não muda muitas coisas. A pessoa *trans* não deseja ser *cis* por que é melhor, no sentido que produz consequências realmente reforçadoras e positivas; desejar ter comportamentos compatíveis com a *cis* generidade pode aumentar de frequência por favorecer a fuga-esquiva de condições extremamente aversivas. A cirurgia não é uma garantia de que todas as contingências aversivas serão eliminadas, infelizmente,

muitas destas contingências continuam existindo, quer a pessoa seja operada ou não. Uma mulher *trans*, mesmo após qualquer cirurgia, pode continuar sofrendo discriminação, preconceito e transfobia por parte da sociedade. Trabalhar com a hipótese que uma ou outra cirurgia é capaz de mudar isso radicalmente pode levar a frustrações, ao desconforto, desespero e ao desamparo quando tais expectativas a médio e longo prazo não se cumprem em decorrência dos procedimentos cirúrgicos.

Caso os profissionais que estão ajudando no processo decisório destes indivíduos negligenciem os aspectos funcionais de suas escolhas, podem não possibilitar que estes pacientes entrem em contato as condições reais e de fato reconhecerem as consequências relevantes e essenciais envolvidas nas mudanças desejadas. A ideia de que pessoas *trans* sofrem por terem corpos “errados” e só podem ser felizes com a conformação dos seus corpos às normas, e que isso é esperado e normal em uma pessoa *trans*, desconsidera o fato de que muitas vezes, pessoas *trans* apenas estão insatisfeitas com seus corpos porque acreditam que devem estar, ou porque a sociedade anula seus corpos como autênticos ou desejáveis. Esta noção alimenta uma percepção de que as características necessárias para considerar alguém *trans* estão exclusivamente dentro da pessoa, ignorando importantes contingências por trás destes ditos “sintomas”.

Por fim, é imprescindível para o atendimento em saúde mental de pessoas *trans*, seja feito por profissionais reconhecidamente qualificados e sensíveis às questões LGBT, o que aumenta as chances de que as práticas terapêuticas utilizadas respeitem as particularidades das experiências destas minorias sexuais, e não só uma transferência das estratégias utilizadas em processos psicoterapêuticos para pessoas *cis* e hétero, o que é prática muito comum (Nieder, Gùldenring, Woellert, Briken, Mahler e Mundle, 2020).

Conclusão

As contingências em operação na história de um indivíduo *trans* podem levar à seleção de respostas públicas e privadas, inclusive definidoras do que chamamos de subjetividade, com topografias, frequência e intensidade muito diferentes dos seus pares de mesmo sexo biológico e idade. Mais do que isso, o repertório comportamental desses indivíduos pode ter um variado conjunto de respostas que usualmente seriam socialmente selecionadas e mantidas para indivíduos do sexo biológico oposto. Aparentemente, quando este processo acontece, diferentes agências sociais se organizam, “planejando” e disponibilizando contingências que têm como objetivo aumentar a probabilidade de comportamentos mais condizentes com o sexo identificado no nascimento ou reduzir e eliminar esse repertório considerados inadequados ou “inapropriados”. Para a eliminação e/ou redução dessas respostas, contingências de controle aversivos sofisticadas e complexas podem ser apresentadas. Sendo assim, esses indivíduos podem ser expostos a comportamentos verbais xistosos e sarcásticos; num outro extremo, as condições apresentadas pelas diferentes instâncias sociais podem ser tão intensas que a consequência final observada com grande frequência é o extermínio dos indivíduos que desenvolveram esses padrões de respostas.

A Análise do Comportamento pode contribuir nesse processo, na medida em que pode ajudar na organização de práticas culturais que “naturalizem” esse comportamento do indivíduo. Adicionalmente, as práticas terapêuticas (especialmente de psicólogos e psiquiatras) que acompanham pessoas *trans* no processo de transição de gênero deveriam ser pautadas em critérios baseados numa análise funcional que considere o indivíduo como centro do processo. A Análise Funcional pode ser um poderoso instrumento para ajudar na análise clara das consequências em operação, aumentando contingências de controle positivo e reduzindo contingências aversivas a médio e longo prazo. Para que isso aconteça, é fundamental que o psicoterapeuta amplie repertórios e seja eminentemente uma agência reforçadora. Para tanto, procedimentos como acolhimento, desenvolvimento de outras habilidades,

apoio afetivo são pilares importantes no acompanhamento de pessoas *trans*, posições que só são possíveis a partir de uma compreensão completa (ou mais completa possível) das variáveis específicas que afetam o comportamento de pessoas *trans*, trazendo assim uma percepção que valorize o próprio indivíduo e sua história.

É necessário, urgentemente, discutir e transformar os ambientes e contingências disponibilizados pelas mais diversas agências controladoras sociais, de forma a evidenciar que: 1) as contingências que selecionam tanto o comportamento *cis* quanto *trans* se devem a processos de aprendizagem; 2) essa diferença não significa um elemento patológico, desajustado ou perverso em si mesmo; e, 3) as práticas sociais para eliminar ou reduzir tais comportamentos devem ser banidas e evitadas, garantindo para esse indivíduo um viver de forma plena e positiva. É crucial e urgente, em especial, enfatizar e propagar que nenhuma agência social pode privar qualquer indivíduo de seu direito mais básico e essencial: a vida.

Referências

- Addis, M. E., Mansfield, A. K., & Syzdek, M. R. (2010). Is “masculinity” a problem?: Framing the effects of gendered social learning in men. *Psychology of Men & Masculinity*, 11(2), 77–90. <https://doi.org/10.1037/a0018602>
- American Psychological Association (2009). *Report of the task force on appropriate therapeutic responses to sexual orientation*. Washington, DC: American Psychological Association
- American Psychological Association (2015). Guidelines for psychological practice for transgender and gender nonconforming people *American Psychologist*. 70(9), 832-864. <https://doi.org/10.1037/a0039906>
- Andery, M. A. (1997). O modelo de seleção por conseqüências e a subjetividade. Em R. Banaco. (Org.), *Sobre comportamento e cognição: Vol. 1. Aspectos teóricos, metodológicos e de formação em análise do comportamento e terapia cognitiva*. Santo André, SP: ARBytes.
- Barbosa, V. D. & Ferraz, T. C. P. (2019). A LGBTIfobia como determinante e produto cultura: Um enfoque na agência de controle educação. *Cadernos de Psicologia*, 19(1), 319-339
- Benevides, B. G. & Nogueira, S. N. B. (2021). *Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020*. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE
- Campbell, M., Hinton, J. D. X., & Anderson, J. R. (2019). A systematic review of the relationship between religion and attitudes toward transgender and gender-variant people. *International Journal of Transgenderism*, 20(1), 21–38. <https://doi.org/10.1080/15532739.2018.1545149>
- Comissão Interamericana de Direitos Humanos (2015). *Violência contra pessoas lésbicas, gays, bissexuais, trans e intersexo nas Américas*. Disponível em: <https://www.oas.org/pt/cidh/docs/pdf/ViolenciaPessoas LGBTI.pdf> . Data de Recuperação 24 de junho de 2021.
- Connell, R. & Pearse, R. (2015). *Gênero: uma perspectiva global*. São Paulo: nVersos.
- Connell, R. (2016). *Gênero em termos reais*. São Paulo: nVersos
- Connell, R. (2021). Transgender health: On a world scale. *Health Sociology Review*, 30(1), 87–94. <https://doi.org/10.1080/14461242.2020.1868899>
- Conselho Federal de Medicina (2020). *Resolução nº 2265/2019*. Brasília, DF. Conselho Federal de Medicina. Recuperado de: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-2.265-de-20-de-setembro-de-2019-237203294>
- Conselho Federal de Psicologia (2005). Código de Ética Profissional do Psicólogo. Recuperado de: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf> Data de recuperação: 12/09/2021
- Conselho Federal de Psicologia (2018). *Resolução nº1 de 29 de Janeiro de 2018*. Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia. Recuperado de: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/01/Resolu%C3%A7%C3%A3o-CFP-01-2018.pdf>
- Costa, A. B., da Rosa Filho H. T., Pase, P.F., Fontanari, A. M. V., Catelan, R. F., Mueller A., Cardoso, D., Soll B., Schwarz, K., Schneider, M. A., Gagliotti, D. A. M., Saadeh, A., Lobato, M. I. R., Nardi, H. C., Koller, S. H (2018). Healthcare Needs of and Access Barriers for Brazilian Transgender and Gender Diverse People. *J*

- Immigr Minor Health*. Feb;20(1):115-123. doi: 10.1007/s10903-016-0527-7. PMID: 27804013.
- Costa, A. B., Paveltchuck, F., Lavrens, P., Vilanova, F., Borsa, J. C., Damásio, B. F., Habigzang, L. F., Nardi, H. C., Dunn, T (2020). Protocolo para Avalia o Estresse de Minoria em Lésbicas, Gays e Bissexuais. *Psico-USF*. Abr, 25(2) 2007-222. <https://doi.org/10.1590/1413-82712020250201>
- Curtin, A., Diamond, L. & McHugh (2016). Self and Perspective Taking for Sexual Minorities in a Heteronormative World. Em M. Skinta & A. Curting (Orgs.) *Mindfulness & Acceptance for Gender & Sexual Minorities: A Clinician's Guide to Fostering Compassion, Connection & Equality Using Contextual Strategies*. Oakland: New Harbinger Publications
- de Carvalho, M. R. A., da Silveira, J. M., & Dittrich, A. (2011). Tratamento dado ao tema “homossexualidade” em artigos do Journal of Applied Behavior Analysis: Uma revisão crítica. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, 7, 72-81. doi: 10.18542/rebac.v7i2.1451
- de Carvalho, M. R. A., da Silveira, J. M., & Dittrich, A. (2013). Tratamento dado ao tema “Homossexualidade” em artigos do Journal of Applied Behavior Analysis: Uma Revisão Crítica. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, 7(2), 72-81. <https://doi.org/10.18542/rebac.v7i2.1451>
- Fazzano, L. H., & Gallo, A. E. (2015). Uma análise da homofobia sob a perspectiva da análise do comportamento. *Temas em Psicologia*, 23(3), 535-545. <https://doi.org/10.9788/TP2015.3-02>
- Folha de São Paulo (2019) *Apoiada por nora de Bolsonaro, chapa de “cura gay” é derrotada em conselho de psicologia*. Recuperado de: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/08/eleicao-do-conselho-de-psicologia-derrotada-candidata-da-cura-gay.shtml>. Data da recuperação: 11/03/2021
- Grupo Gay da Bahia (2019). *Mortes violentas de LGBTQ+ no Brasil – 2019: Relatório do Grupo Gay da Bahia*. Recuperado de: <https://grupogayda-bahia.com.br/relatorios-anuais-de-morte-de-lgbti/>. Data da recuperação: 11/03/2021
- Hatzenbuehler, M. L. (2009). How does sexual minority stigma “get under the skin”? A psychological mediation framework. *Psychological Bulletin*, 135(5), 707-730. <https://doi.org/10.1037/a0016441>
- Hatzenbuehler, M. L., Nolen-Hoeksema, S., & Dovidio, J. (2009). How Does Stigma “Get Under the Skin”? The Mediating Role of Emotion Regulation. *Psychological Science*, 20(10), 1282-1289. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9280.2009.02441.x>
- Hegarty, P., Ansara, Y. G. & Barker, M. J. (2018). Nonbinary Gender Identities. Em N. Dess, J. Marecek & L. Bell (Orgs.). *Gender, Sex, and Sexualities: Psychological Perspectives*. New York: Oxford University Press.
- Hendricks, M. L., & Testa, R. J. (2012). A conceptual framework for clinical work with transgender and gender nonconforming clients: An adaptation of the Minority Stress Model. *Professional Psychology: Research and Practice*, 43(5), 460-467. <https://doi.org/10.1037/a0029597>
- Hidalgo, M. A., Ehrensaft, D., Tishelman, A. C., Clark, L. F., Garofalo, R., Rosenthal, S. M., Spack, N. P., & Olson, J. (2013). The Gender Affirmative Model: What We Know and What We Aim to Learn. *Human Development*, 56(5), 285-290. <https://doi.org/10.1159/000355235>
- Kanter, J. W., Parker, C. R., & Kohlenberg, R. J. (2001). Finding the Self: A behavioral measure and its clinical implications. *Psychotherapy: Theory, Research, Practice, Training*, 38(2), 198-211. <https://doi.org/10.1037/0033-3204.38.2.198>
- Kohlenberg, R. J., & Tsai, M. (2001). *Psicoterapia Analítica Funcional: Criando relações terapêuticas intensas e curativas*. Santo André: ESETEC.
- Lanz, L. (2015). “O Corpo da Roupas”: A pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero. Uma introdução aos estudos transgêneros. Curitiba: Transgente.
- Linehan, M. M. (2018) *Treinamento de habilidades em DBT: Manual de Terapia Comportamental Dialética para o Terapeuta*. Porto Alegre: Artmed
- Magnusson, E. & Marecek, J. (2018). Setting the Stage: Gender, Sex, and Sexualities in Psychology. Em N. Dess, J. Marecek & L. Bell (Orgs.). *Gender, Sex, and Sexualities: Psychological Perspectives*. New York: Oxford University Press.

- Meyer, I. H. (2003). Prejudice, social stress, and mental health in lesbian, gay, and bisexual populations: Conceptual issues and research evidence. *Psychological Bulletin*, 129(5), 674. <https://doi.org/10.1037/0033-2909.129.5>
- Malott, R. W. (1996). A behavior-analytic view of sexuality, transsexuality, homosexuality, and heterosexuality. *Behavior and Social Issues*, 6(2), 127-140. doi: 10.5210/bsi.v6i2.288
- Mizael, T. M. (2018). Perspectivas Analítico-Comportamentais sobre a homossexualidade: Análise da produção científica. *Perspectivas em Análise do Comportamento*, 9(1), 15-28. <https://doi.org/10.18761/PAC.2017.011>
- McHugh, L., & Stewart, I. (Eds.). (2012). *The self and perspective taking: Contributions and applications from modern behavioral science*. Oakland: New Harbinger Publications.
- Ministério da Saúde (2013). *Portaria nº2.803 de 19 de novembro de 2013*. Ministério da Saúde, Brasília, DF. Recuperado em: https://bvms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2803_19_11_2013.html
- Moreira, F. R., Silva, E. F. da, Lima, G. D. O., Assaz, D. A., Oshiro, C. K. B., & Meyer, S. B. (2017). Comparação entre os conceitos de self na FAP, na ACT e na obra de Skinner. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 19(3). <https://doi.org/10.31505/rbtcc.v19i3.1064>
- Nadal, K. L., Skolnik, A. & Wong, Y. (2012) Interpersonal and Systemic Microaggressions Toward Transgender People: Implications for Counseling, *Journal of LGBT Issues in Counseling*, 6:1, 55-82, DOI: 10.1080/15538605.2012.648583
- Nadal, K. L., Davidoff, K. C., Davis, L. S., & Wong, Y. (2014). Emotional, behavioral, and cognitive reactions to microaggressions: Transgender perspectives. *Psychology of Sexual Orientation and Gender Diversity*, 1(1), 72-81. <https://doi.org/10.1037/sgd0000011>
- Nicolodi, L. & Arantes, A. (2019) Poder e patriarcado: contribuições para uma análise comportamental da desigualdade de gênero. Em: R. Pinheiro & T. Mizael (Orgs.) *Debates sobre Feminismo e Análise do Comportamento*. Fortaleza: Imagine Publicações
- O Globo (2019). *Sob vaias, defensora da “cura gay” lança chapa para Conselho Federal de Psicologia—Jornal* Recuperado de: <https://oglobo.globo.com/sociedade/sob-vaias-defensora-da-cura-gay-lanca-chapa-para-conselho-federal-de-psicologia-23718825>. Data da recuperação: 11/03/2021
- Organização Mundial de Saúde (1996). *Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas relacionados à Saúde: CID-10 Décima Revisão*. Trad. Centro colaborador da OMS para Classificação de Doenças em Português. São Paulo: EDUSP
- Organização Mundial de Saúde (2019). *International Statistical Classification of Diseases and Related Health Problems: ICD-11 for mortality and morbidity statistics*. Recuperado de: <https://icd.who.int/browse11/l-m/en#/http://id.who.int/icd/entity/90875286>. Data de recuperação: 12/09/2021
- Perez, W. F., Nico, Y. C., Kovac, R., Fidalgo, A. P., & Leonardi, J. L. (2017). Introdução à Teoria das Molduras Relacionais (Relational Frame Theory): Principais conceitos, achados experimentais e possibilidades de aplicação. *Perspectivas em Análise do Comportamento*, 4(1), 32-50. <https://doi.org/10.18761/perspectivas.v4i1.105>
- Ruiz, M. R. (1995). B. F. Skinner’s radical behaviorism: Historical misconstructions and grounds for feminist reconstructions. *Behavior and Social Issues*, 5(2), 29-44. <https://doi.org/10.5210/bsi.v5i2.221>
- Ruiz, M. R. (2003). Inconspicuous sources of behavioral control: Te case of gendered practices. *The Behavior Analyst Today*, 4(1), 12-16. <http://dx.doi.org/10.1037/h0100005>
- Schilt, K., & Westbrook, L. (2009). Doing Gender, Doing Heteronormativity: “Gender Normals,” Transgender People, and the Social Maintenance of Heterosexuality. *Gender & Society*, 23(4), 440-464. <https://doi.org/10.1177/0891243209340034>
- Silva, E. C., & Laurenti, C. (2017). B. F. Skinner e Simone de Beauvoir: “A mulher” à luz do modelo de seleção pelas consequências. *Perspectivas em Análise do Comportamento*, 7(2), 197-211. <https://doi.org/10.18761/pac.2016.009>

- Skinner, B. F. (1953). *Science and Human Behavior*. NY: Macmillan Inc.
- Skinner, B. F. (1989a). *Recent Issues in the Analysis of Behavior*. Ohio: Merrill Publishing Company.
- Skinner, B. F. (1989b). The origins of cognitive thought. *American Psychologist*, 44(1), 13–18. <https://doi.org/10.1037/0003-066X.44.1.13>
- Skinner, B. F. (2006). *Sobre o Behaviorismo (10ª ed)*. São Paulo: Cultrix.
- Skinner, B. F. (2007). Seleção por consequências. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 9(1), 129-37. (Originalmente publicado em 1981, em *Science*, 213(4057), 501-504) <https://doi.org/10.31505/rbtcc.v9i1.150>
- Staples, J. M., Neilson, E. C., Bryan, A. E. B., & George, W. H. (2018). The Role of Distal Minority Stress and Internalized Transnegativity in Suicidal Ideation and Nonsuicidal Self-Injury Among Transgender Adults. *The Journal of Sex Research*, 55(4–5).
- Törneke, N. (2010). *Learning RFT: an introduction to relational frame theory and its clinical applications*. Oakland: Context Press
- Trans Murder Monitoring (2021). TMM Absolute numbers. Recuperado de: <https://transrespect.org/en/map/trans-murder-monitoring/>. Data da recuperação: 11/03/2021
- Tsai, M. (2006) *I Speak, Therefore I Am: A Behavioral Approach to Understanding Problems of the Self*. Recuperado de: <https://www.functionalanalyticpsychotherapy.com/i%20speak.pdf>. Data de recuperação: 20/06/2021
- Worthen, M. G. F. (2016). Hetero-cis –normativity and the gendering of transphobia. *International Journal of Transgenderism*, 17(1), 31–57. <https://doi.org/10.1080/15532739.2016.1149538>

Informações do Artigo

Histórico do artigo:

Submetido em: 30/06/2021

Aceito em: 23/09/2021

Editor Associado: Denis Roberto Zamignani